

STJ00098299

Superior Tribunal
DE
JUSTIÇA

Guilherme de Souza Nucci

Leis Penais e Processuais Penais Comentadas

vol. 1

8.^a edição
revista, atualizada
e ampliada



RIO DE JANEIRO

Coment.

N963 la

f. id

v. 1

x. 1

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

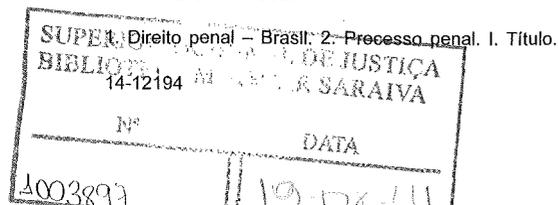
- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2014 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 8.ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira
- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

N876L

Nucci, Guilherme de Souza

Leis penais e processuais penais comentadas / Guilherme de Souza Nucci. – 8. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2014.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-5666-0



CDU: 343.2(81)

ÍNDICE GERAL

Tábua de Abreviaturas	XI
Abuso de Autoridade	
Lei 4.898, de 9 de dezembro de 1965 – Regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade (<i>arts. 1.º a 29</i>)	1
Atribuições da Polícia Federal	
Lei 10.446, de 8 de maio de 2002 – Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1.º do art. 144 da Constituição (<i>arts. 1.º e 2.º</i>)	45
Biossegurança	
Lei 11.105, de 24 de março de 2005 – Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1.º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei 8.974, de 5 de janeiro de	

1995, e a Medida Provisória 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10 e 16 da Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências (arts. 24 a 29)	53
--	----

Consumidor

Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (arts. 61 a 80 e 119)	65
---	----

Contravenções Penais

Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais (arts. 1.º a 72)	89
--	----

Crimes Eleitorais

Lei 4.737, de 15 de Julho de 1965 – Institui o Código Eleitoral (arts. 283 a 364)	177
Lei 6.091, de 15 de agosto de 1974 – Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências (art. 11)	234
Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9.º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências (art. 25)	239
Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Estabelece normas para as eleições (arts. 33, 34, 35, 39, 40, 68, 72, 87 e 90)	241

Discriminação de Gravidez

Lei 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências (arts. 1.º a 6.º)	251
--	-----

Discriminação Racial

Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (arts. 1.º a 22)	257
--	-----

Drogas

Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências (arts. 1.º a 75)	297
--	-----

Hediondos

Lei 8.072, de 25 de julho de 1990 – Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5.º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências (<i>arts. 1.º a 13</i>).....	423
--	-----

Idoso

Lei 10.741, de 1.º de outubro de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 7.º; 93 a 109 e 118</i>)	451
--	-----

Interceptação Telefônica

Lei 9.296, de 24 de julho de 1996 – Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5.º da Constituição Federal (<i>arts. 1.º a 12</i>).....	477
---	-----

Investigação Criminal Conduzida por Delegado de Polícia

Lei 12.830, de 20 de junho de 2013 – Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia (<i>arts. 1.º a 4.º</i>).....	499
--	-----

Lei Geral da Copa

Lei 12.663, de 5 de junho de 2012 – Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis os 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970 (<i>arts. 30 a 36</i>)	505
---	-----

Licitações

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas de licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências (<i>arts. 81 a 108; 125 e 126</i>).....	515
---	-----

Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo

Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990 – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 23</i>).....	549
--	-----

Proteção a Vítimas e Testemunhas (Delação Premiada)

Lei 9.807, de 13 de julho de 1999 – Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal (<i>arts. 1.º a 21</i>).....	611
--	-----

Sigilo Financeiro

Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001 – Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências (*arts. 10 a 13*) 631

Torcedor

Lei 12.299, de 27 de julho de 2010 – Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências (*arts. 1.º, 2.º e 4.º; 41-B a 41-G da Lei 10.671/2003; 5.º e 6.º*) 641

Transplantes

Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 – Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências (*arts. 14 a 20*) 659

Violência Doméstica

Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8.º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (*arts. 1.º a 46*) 685

Referências Bibliográficas..... 721

Índice Remissivo..... 731

Obras do Autor..... 741